

UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE PESQUISA: A INVESTIGAÇÃO EMANCIPADORA

R. M. GARCIA*

1. Introdução; 2. Identificação do problema; 3. Objetivos e metas; 4. Formulação de hipóteses; 5. Proposta metodológica: a investigação emancipadora; 6. Estratégia de ação.

1. Introdução

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) da Universidade Estadual de Campinas é uma unidade acadêmica, interdepartamental, que congrega professores e pesquisadores de distintas formações profissionais. Presentemente, este núcleo está desenvolvendo, dentro do Programa Borba Gato,¹ um projeto de pesquisa relativo à comercialização e distribuição de alimentos na região de Campinas.

Enquanto objetivo geral, esse projeto manifestou o desejo de “auxiliar os pequenos agricultores no sentido da racionalização da distribuição e comercialização dos produtos locais”. Tal objetivo geral foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) “conhecer a realidade da produção de alimentos na região de Campinas”; b) “procurar auxiliar o pequeno agricultor na minimização das perdas através de sistemas de distribuição e industrialização”; c) “dar oportunidade ao universitário em engenharia de alimentos, de conhecer a realidade rural e seus problemas”.²

Formulado em bases de estrita obediência aos cânones da metodologia científica convencional, este projeto de pesquisa, durante o seu próprio desenvolvimento, revelou certas inconsistências entre os objetivos originalmente formu-

* Professor no Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) da Universidade Estadual de Campinas. (Endereço do autor: EAESP/FGV — Av. 9 de Julho, 2.029 — 01313 — São Paulo, SP.)

¹ Programa que reúne, através de convênio, as seguintes instituições: Ministério da Agricultura (MA); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF); Ministério da Educação e Cultura (MEC); Ministério do Interior (Minter) e Funpro.

² O trecho entre aspas refere-se ao projeto de pesquisa relativo à comercialização e distribuição de alimentos na região de Campinas (Programa Borba Gato).

lados e os métodos empregados para atingi-los. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto perceberam, de pronto, que os objetivos *a* e *b* seriam de fácil consecução, ou melhor, conhecer a estrutura produtiva e os canais de comercialização existentes na região de Campinas seria uma tarefa relativamente simples. O mesmo se colocava para o objetivo *c*, relativo ao envolvimento dos universitários em sua realidade regional. A limitação maior, na opinião dos próprios pesquisadores, residia na intenção declarada de auxiliar os pequenos agricultores em seus problemas com a distribuição e comercialização de seus próprios produtos.

Tornou-se bastante claro, para esse grupo de pesquisadores, que as informações levantadas sobre os canais de distribuição existentes não eram uma garantia suficiente de que o auxílio pretendido chegaria a um bom termo. Neste sentido, o grupo de pesquisa começou a se auto-indagar acerca de algumas questões, como as que se seguem: um maior conhecimento “nosso” (pesquisadores) sobre os distintos canais de comercialização implicaria, necessariamente, um maior conhecimento “deles” (pequenos agricultores)? Como este conhecimento poderia ser passado aos pequenos agricultores, ou melhor, quais seriam as mediações pessoais ou institucionais entre “nós” e “eles”? É “nossa” intenção declarada auxiliá-los, queriam “eles” ser ajudados? Quais os problemas de comunicação envolvidos nessa relação “nós-eles”? Admitindo-se que “eles” queiram ser ajudados, quais seriam os suportes pessoais ou institucionais de tal ajuda? E mais, seria esta ajuda um ato unilateral “nosso” (daqueles que “sabem muito” e se prestam a auxiliar aos que “sabem pouco”) ou seria um projeto compartilhado “nós-eles”?

Como sempre, em tais circunstâncias, logo surge a solução de “bom-senso”. Muito rapidamente, chegou-se à seguinte conclusão: vamos criar uma cooperativa, que é uma instituição ideal para a organização e promoção sócio-econômica desses pequenos agricultores. De novo, algumas indagações se fizeram necessárias: Esta solução que saiu de “nós”, seria, também, a preconizada por “eles”? Ou melhor, se os agricultores tivessem que optar, eles próprios, por alguma solução institucional, e pesadas as suas condições concretas de existência, iriam eles escolher a solução cooperativista? Ou, em outros termos, se pudéssemos estabelecer uma relação “nós-eles”, com algum grau de autenticidade, qual a solução institucional que seria encontrada por “nós” (aí sim, pesquisadores e agricultores)?

Neste ponto tornou-se claro, para o grupo de pesquisadores, que os métodos convencionais de pesquisa, tanto na sua formulação, quanto nos recursos empregados para a obtenção das informações, não são comprometidos com a idéia de ajudar grupos sociais ou pessoas a encontrar qualquer solução prática para os seus próprios problemas.

É nesse mesmo sentido que Habermas nos diz que por trás dos métodos empírico-analíticos existe um interesse cognitivo — que é o do controle instrumental — que prejudica o significado de determinados conceitos, interferindo, assim, não só na construção das teorias, como também na maneira como são testadas.³ Para Habermas, os empiristas são marcados pela “ilusão objetivista”, já que consideram que as observações diretas ou a faticidade bruta (*factum brutum*) são capazes de prover evidências imediatas, sem o concurso de qual-

³ Habermas, Jürgen. *Knowledge and human interests*. Boston, Beacon Press, 1971. p. 308.

quer elemento subjetivo ou da ação consciente de sujeitos ativos.⁴ Nos termos postos pelo empirismo, define-se como sendo um problema de pesquisa aqueles objetos, eventos e relações que fazem parte do “mundo natural” (do “mundo objetivo”, portanto) e são passíveis de serem apreendidos por qualquer pesquisador isento, imparcial e destituído de qualquer sentido de valor.

Assim, considera-se como sendo objeto válido e pertinente de pesquisa indagar-se, entre outras coisas, sobre as questões relativas à produtividade agrícola, ou sobre a eficiência relativa dos canais de distribuição, ou sobre os problemas da industrialização, ao nível da propriedade rural e dos produtos agrícolas. O traço comum de todas as propostas empiristas é o da eliminação do sujeito ativo (dos atores sociais que, em última análise, põem em movimento o “mundo natural”) ou da explicação do fluxo das coisas através de alguma entidade metafísica, ou sujeito coletivo, que se situa sempre além e acima das possibilidades de ação das pessoas comuns (a “mão invisível” da economia ou as “decisões” governamentais etc.). Afinal de contas, são os agricultores que, ao agir, aumentam ou não a produtividade física; podem ou não fazer bom uso das alternativas de distribuição; decidem-se ou não a industrializar seus produtos.

Formular pesquisas que levem em consideração a valorização cognitiva ou existencial de determinados atores sociais, ou procurar desenvolver, em estreita colaboração com esses mesmos atores, as instituições adequadas à expansão de suas potencialidades criativas, individuais ou sociais é — dentro da perspectiva empirista — algo fora de propósito. Não é, por definição, um problema de pesquisa.

2. *Identificação do problema*

Pelo exposto, verifica-se que nosso problema de pesquisa poderia ser formulado da seguinte maneira: sendo dada uma certa comunidade de pequenos agricultores produtores de alimentos na região de Campinas, que tipo de apoio organizacional ou institucional seria possível promover, através do auxílio mútuo, visando o aumento da eficiência relativa dos canais de comercialização existentes? Em poucas palavras, como viabilizar, através da solução institucional, mutuamente consentida, as atividades econômicas desses pequenos produtores de alimentos?

Em face de nosso problema, a “objetividade” que estamos procurando apreender tem um caráter distinto. Ela é humana, social; é um momento de tensão dinâmica entre as vivências subjetivas de um sujeito individual (ou grupo social) e o peso empírico das determinações do “mundo natural”. É uma objetividade construída culturalmente pelo homem. Trata-se, como expressa Sanchez Vasquez, “(...) de uma objetividade que transcende o limite de um indivíduo ou de um grupo social determinado, mas que não ultrapassa o âmbito do homem como ser histórico-social”.⁵

Uma vez explicitadas essas condições concretas de existência, certas possibilidades subjetivas e certos objetivos a serem alcançados, esses agricultores, necessariamente, terão que ser tratados como seres humanos autodeterminados,

⁴ Id. *ibid.* p. 308.

⁵ Vasquez, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 127.

capazes, portanto, de consciente e ativamente participarem na transformação do mundo em que vivem, e de encontrarem as soluções viáveis e práticas para os seus próprios problemas.

Rompe-se, desta maneira, com o pressuposto implícito dos métodos empírico-analíticos que, como já mencionamos, é o do controle instrumental. Gouldner, da mesma forma que Habermas, nos diz que o problema não consiste tanto em saber se os chamados métodos empíricos geram informações que, eventualmente, poderiam ser utilizadas por algum sistema de controle social. Esses métodos, segundo o autor, seriam, sobretudo, “(...) eles próprios sistemas de controle”.⁶ Deste modo, à medida que os métodos das ciências sociais passam a ser moldados pelas ciências físicas, “(...) trazem o pressuposto implícito de que as pessoas são ‘coisas’, que precisam ser tratadas e controladas da mesma maneira que as outras ciências controlam seus materiais não-humanos...”⁷

Suspendendo, por um momento, a discussão sobre os elementos implícitos em um método de pesquisa, torna-se necessário, nesta oportunidade, assinalar os seguintes pontos:

- a) que nos deparamos com um problema de pesquisa, que, na literatura especializada de administração pública, é designado por edificação institucional (*institutional building*);
- b) que a “objetividade” com a qual iremos lidar tem um caráter distinto; ela é culturalmente construída, através da ação de determinados atores. Assim, não teria sentido a rígida cisão, de inspiração positivista, entre o sujeito e seu objeto. Nesta linha de raciocínio, as questões metodológicas assumem uma relevância toda especial, e a explicitação dos interesses cognitivos (ou das pré-noções que prejudicam o significado de determinados conceitos) acaba por fazer parte da própria identificação do problema. Isto porque o interesse de controle instrumental, por exemplo, induz à definição e valorização de certos problemas de pesquisa em detrimento de outros;
- c) que uma vez identificados os atores, estes passam a fazer parte da própria formulação do problema de pesquisa: a realidade com a qual iremos lidar é uma síntese dinâmica de elementos subjetivos e objetivos e qualquer separação mecânica de seus elementos constitutivos resultaria em um exercício de mera formalidade analítica;
- d) que a consideração dos atores traz à discussão, como tema válido e pertinente de pesquisa, não só seus próprios valores e crenças, como também nos convida a refletir sobre o problema da significação ou, em outros termos, qual a visão de mundo desses atores e qual a importância atribuída por eles às suas próprias ações;
- e) que, nessas circunstâncias, tornou-se necessário desenvolver um método de pesquisa que fosse capaz de, em íntima colaboração com os agricultores, explicitar sua visão de mundo acerca de seus próprios limites ou possibilidades reais de intervenção. Esta visão de mundo, quando voltada para os proble-

⁶ Gouldner, Alvin W. *The coming crisis of western sociology*. New York, Equino Books, 1971. p. 50.

⁷ Id. *ibid.* p. 50.

mas de sobrevivência econômica ou para a produção e/ou venda dos produtos agrícolas, assume um caráter estratégico e será denominada, por este motivo, de visão estratégica;

f) que qualquer que seja a solução encontrada pelos agricultores para uma circulação mais eficiente de seus produtos, esta estará sempre mediada por uma visão estratégica particular, típica deste grupo de pessoas;

g) que, nos termos de nossa proposta de trabalho, torna-se algo arbitrário fazer uma distinção, rígida e precisa, entre as diferentes fases de formulação do projeto como: a que diz respeito à identificação do problema; a que procura estabelecer os objetivos e metas; a que define as hipóteses; a que descreve a metodologia empregada ou a que explica a estratégia de ação utilizada. Em nossa proposta, esses momentos estão indissolivelmente interligados e fazem parte, de maneira implícita ou explícita, da própria identificação do problema.

Em termos práticos, a presente proposta acolhe a idéia de que a agricultura de larga escala, em sua grande maioria ligada aos produtos de exportação, já estaria enfrentando seus próprios problemas com relativo sucesso. Dispõe de índices de produtividade bastante aceitáveis, além de contar com sólido apoio institucional e, também, com um sistema de comercialização tradicionalmente consagrado.

Daí o presente projeto dar ênfase aos pequenos agricultores da região, "(...) chácaras onde a produção de alimentos é bastante diversificada", mas cuja dependência das vias convencionais de distribuição tem provocado graves problemas.⁸ Existe em Campinas um razoável mercado institucional, representado pelas universidades, unidades militares, merenda escolar etc., que pode constituir-se em uma via alternativa de grande potencial. No presente momento, grande parte dos alimentos produzidos em Campinas dirige-se primeiro para os centros de abastecimento de São Paulo (ou mesmo de Campinas) para depois ser adquirido por estas instituições. Se os agricultores estivessem, de alguma forma, minimamente organizados, poderiam ter acesso direto a esse tipo de mercado.

3. *Objetivos e metas*

Como já foi declarado, o objetivo principal é o de auxiliar os pequenos agricultores de alimentos a encontrarem alternativas de distribuição e comercialização para seus próprios produtos. Como foi, também, enfatizado, este objetivo só será perseguido se realmente forem consultados os interesses da comunidade escolhida. Não é nossa intenção empregar técnicas pseudoparticipativas que visam apenas obter colaboração para a realização de um projeto estranho aos interesses da comunidade. No curso de nosso diálogo com esses agricultores, o presente objetivo poderá ser rejeitado (o que implicaria a paralisação do projeto neste ponto ou na escolha de outra comunidade), retificado ou desdobrado, para atender a interesses legítimos da comunidade. É

⁸ Projeto Nepa sobre Comercialização e Distribuição de Alimentos na Região de Campinas (Programa Borba Gato).

nossa expectativa que o presente desafio possa constituir-se em uma espécie de núcleo temático central em torno do qual outros temas de interesse da comunidade possam ser articulados. Se isto ocorrer, tal empreendimento passa a ser de inteira responsabilidade da comunidade.

Assim, para que o objetivo principal possa ser atingido, teremos que considerar dois momentos interdependentes e complementares de um único processo de investigação. O primeiro implica, entre outras coisas, o seguinte: a) a conscientização conjunta (pesquisadores e agricultores) acerca das alternativas de distribuição existentes (campo das possibilidades objetivas); b) a elucidação da visão de mundo de ambas as partes (pesquisadores e agricultores) sobre o problema proposto; c) a avaliação dos recursos humanos e materiais requeridos pelo empreendimento comum. O segundo momento implica a escolha, análise e implantação da organização ou instituição adequada à linha de ação escolhida pela comunidade.

Como meta provisória, pode-se estimar em seis meses o prazo de tempo necessário ao desenvolvimento de cada um dos momentos mencionados.

4. *Formulação de hipóteses*

Na perspectiva dos métodos empírico-analíticos, a formulação de hipóteses visa, antes de mais nada, a obtenção de conexões causais, que são investidas da importância de uma lei física.⁹ No método a ser por nós proposto, as hipóteses têm um caráter bem mais amplo e menos rígido. São entendidas como guias gerais para obtenção de um conhecimento de tipo diferente. A importância e a validade de qualquer proposição não são estabelecidas pelo imperativo de controle técnico. Procura-se, antes de mais nada, apreender o significado prático das coisas, ou melhor, como determinados fatos da vida quotidiana são interpretados ou valorizados pelas pessoas. Assim, o acesso ao conhecimento não é provido pela observação imediata ou facticidade bruta, mas é obtido através da compreensão do significado das coisas e de sua consequente auto-elucidação. Neste contexto, o que é considerado dado de investigação não são as observações diretas (muito típica nas ciências naturais) mas, pelo contrário, lidamos com o significado que os fatos possam ter para um grupo de pessoas: suas interpretações mais marcantes e possíveis auto-avaliações ou valorizações.

Aquilo que nos métodos empírico-analíticos significa teste de hipóteses, visando a obtenção de conexões causais, no método a ser proposto significaria, analogamente, a interpretação de contextos ou, de modo geral, de situações desafiantes, aparentemente ambíguas e contraditórias.

Habermas designou o conjunto de procedimentos de pesquisa, cujo interesse cognitivo é o da apreensão do significado das coisas, de método hermenêutico. Chamou de método emancipador o conjunto de procedimentos cujo interesse cognitivo é o da auto-elucidação e consequente transformação de situações limitantes.¹⁰

A abordagem a ser proposta por nós incorpora tanto o interesse cognitivo dos métodos chamados de hermenêuticos quanto aquele correspondente aos di-

⁹ Habermas, Jürgen. op. cit. p. 309.

¹⁰ Id. ibid. p. 308-10.

tos emancipadores. Em reconhecimento a Habermas, iremos, tentativamente, chamá-la de investigação emancipadora.¹¹ A idéia de emancipação, em Habermas, é destituída de qualquer irreverência gratuita ou liberticismo irresponsável. Procura apenas mostrar que o caminho para a transformação das condições concretas de existência deve começar com a auto-reflexão daqueles envolvidos neste propósito.

Em termos práticos, e à guisa de orientação inicial, poderíamos formular a seguinte hipótese: a condição de pequeno agricultor e o baixo nível de organização institucional reforçam-se, mutuamente, em um processo de flagrante circularidade. Em face da dimensão emancipadora de nossa abordagem, não é nosso interesse constatar apenas uma dada realidade. Já sabemos que as opções institucionais à disposição dos pequenos produtores de alimentos são escassas. Interessa-nos, isto sim, modificar este quadro, contribuindo para a criação de canais alternativos de distribuição.

5. *Proposta metodológica: a investigação emancipadora*

Uma investigação que tenha uma proposta emancipadora tentará encontrar algumas respostas para as seguintes perguntas:

1. Como realizar uma pesquisa sistemática e em íntima colaboração com um grupo, no caso, de pequenos agricultores, acerca dos seus problemas específicos de produção e comercialização?
2. Como articular a situação específica desses pequenos produtores de alimentos com contextos mais amplos como, por exemplo, aqueles que seriam típicos do setor agrícola (ou posicioná-los em relação a outras estruturas globais)?
3. Como desenvolver métodos de pesquisa que sejam coerentes e simples (sem que isto signifique superficialidade e falta de rigor científico) e que possam ser entendidos e utilizados por esses mesmos agricultores?
4. Como fazer com que o esforço de pesquisa mobilize as pessoas em torno de um projeto institucional, de aceitação coletiva e, em decorrência, resulte em uma ação organizada visando a resolução dos problemas relativos à produção e comercialização de seus produtos?

Procurando lidar com estas perguntas, a investigação emancipadora procurou desenvolver as seguintes dimensões (ver quadro 1):

1. Baseia-se na real participação e na íntima troca de idéias entre o grupo de pesquisadores e pessoas interessadas da população local.
2. Utiliza o diálogo como veículo de conscientização mútua (pesquisadores e grupos locais). Desta troca de idéias surgem significações, interpretações e valorizações que não refletem apenas os interesses cognitivos dos pesquisado-

¹¹ Ver Garcia, R. M. A base de uma administração autodeterminada: o diagnóstico emancipador. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 20(2):7-17, abr./jun. 1980.

res, mas, sobretudo, do grupo que, efetivamente, está comprometido com o ato de investigação.

3. Propicia um meio de crescimento comum (pesquisadores e participantes) acerca das possíveis alternativas institucionais ao alcance dos grupos locais.

Em suas bases epistemológicas, a investigação emancipadora procura dar ênfase às seguintes características:

1. Elucida claramente os significados, interpretações e valores envolvidos na investigação do presente problema, negando, portanto, a cisão positivista entre juízos de valor e juízos de fato.

2. É um método ativo, dialógico, crítico e criticizador.

3. Possui flexibilidade para captar e acompanhar as modificações de significado provocadas pelo diálogo.

4. Procura utilizar corretamente os procedimentos de “redução” e “simbolização”.¹²

Em síntese, a investigação emancipadora apóia-se, fundamentalmente, na explicitação, através do diálogo, da visão de mundo de um grupo de pessoas. Sempre que esta visão de mundo corresponder a um núcleo particular de temas ligados às questões de sobrevivência econômica dos indivíduos, passa a ter um caráter estratégico, ou seja, a visão é estratégica porque potencialmente retrata um programa de ação a ser realizado em um meio que, eventualmente, poderá oferecer algum tipo de resistência. A visão estratégica exprime sempre uma situação concreta que é existencialmente desafiante para um grupo de pessoas.

Nessa perspectiva, o verdadeiro diálogo não constitui uma comunicação direta entre duas consciências, numa tentativa de persuasão ou imposição sutil de um determinado quadro de referências; ele é sempre mediado por uma situação estratégica, que se apresenta como um dilema para os interlocutores e que, quer queiram ou não, atua sobre eles. Uma relação emancipadora, diz Paulo Freire, não é “(...) conduzida por A para B ou por A acerca de B, mas, ao contrário, por A juntamente com B, mediados pelo mundo — um mundo que condiciona e desafia ambas as partes, dando lugar a perspectivas e opiniões acerca dele”.¹³

Num diálogo autêntico, “(...) o objeto da ação é a realidade a ser transformada com o auxílio de outras pessoas — não as pessoas elas mesmas. Os opressores seriam aqueles que agem sobre as pessoas para endoutriná-las e ajustá-las a uma realidade que tem que permanecer intocável”.¹⁴

¹² Ver Guerreiro Ramos, Alberto. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965; e Freire, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 46. O que Paulo Freire chama de codificação foi modificado por nós para simbolização, por entendermos que a noção de codificação seria mais adequada a uma hermenêutica dos sinais. Já a idéia de simbolização se prestaria a uma hermenêutica do discurso.

¹³ Freire, Paulo. *Pedagogy of the oppressed*. The Seabury Press, 1970. p. 82.

¹⁴ Id. *ibid.* p. 83.

Por conseguinte, a relação dialógica, diz Gadamer, não “(...) consiste em tentar descobrir a fraqueza do que é dito, mas em ressaltar a sua força real. Não é a arte da argumentação que é capaz de fazer uma grande defesa de um argumento fraco, mas a arte do pensar que é capaz de aperfeiçoar o que é dito pela sua referência ao objeto”.¹⁵ É neste sentido que Gadamer afirma que “(...) o entendimento, então, é sempre entendimento acerca de algo. Entender-se mutuamente significa entender-se mutuamente sobre um tópico ou outra coisa qualquer”.¹⁶

Deste modo, para que o entendimento se realize é importante, de um ponto de vista dialógico, que estejamos conscientes das nossas próprias predileções, opiniões ou preconceitos, para que o discurso do outro possa surgir em sua significação e singularidade próprias e, portanto, confirmar a sua própria validade quando comparado com o nosso discurso.

Não se trata, aqui, de defendermos uma doutrina do “entendimento a qualquer preço” nem, tampouco, defendermos o oposto, uma doutrina do “conflito a qualquer preço”. As afirmações do parágrafo precedente têm para nós o seguinte significado: se duas pessoas puderem ou quiserem comunicar-se, isto se fará através da mediação de algum tema significativo para ambas as partes. Paulo Freire precisa bem esta questão quando diz: “(...) o diálogo é o encontro entre os homens, mediado pelo mundo, buscando elucidá-lo. Por conseguinte, o diálogo não pode ocorrer entre aqueles que querem elucidar o mundo e aqueles que não querem esta elucidação — entre aqueles que negam aos outros homens o direito de falar sua própria palavra e aqueles cujo direito de falar tenha sido negado”.¹⁷

Note-se, contudo, que esta indisfarçável faculdade hermenêutica do diálogo não implica a negação da sua dimensão emancipadora. Ao contrário, constitui seu componente mais poderoso, pois o entendimento entre duas pessoas é uma relação distinta daquela que, nos métodos empíricos, se estabelece entre o sujeito-pesquisador e o objeto-pesquisado. O entendimento não implica a neutralidade característica da relação empírica e, muito menos ainda, a supressão da nossa própria visão de mundo mas, ao contrário, exige uma assimilação crítica “(...) dos significados prévios e preconceitos do outro”.¹⁸

Esse reconhecimento de que todo entendimento inevitavelmente envolve algum grau de preconceito (ou de pré-noção) é o que concede, ao ato interpretativo, a sua própria vitalidade.

Note-se, uma vez mais, que considerar os preconceitos, o mundo da opinião fácil, não significa sucumbir a sua própria ordem. A relação fundamental que existe entre preconceito e entendimento é, de um ponto de vista epistemológico, a mesma que se verifica entre a opinião fácil (*doxa*) e o conhecimento científico (*episteme*). Em outros termos, se quisermos proceder ao desvelamento de uma dada realidade, torna-se necessário articularmos a polaridade existente entre a familiaridade dos significados prévios e preconceitos e a estranheza provocada pelo conhecimento singular e autêntico.

¹⁵ Gadamer, Hans Georg. *Truth and method*. New York, The Seabury Press, 1975. p. 33.

¹⁶ Id. *ibid.* p. 158.

¹⁷ Freire, Paulo. *Pedagogy of the oppressed*. op. cit. p. 76.

¹⁸ Gadamer, Hans Georg. op. cit. p. 238.

Segundo Gadamer, o verdadeiro lugar da interpretação compartilhada corresponderia a esta área intermediária entre a familiaridade e a estranheza.¹⁹ Cumpre assinalar, no entanto, que os significados prévios que governam nossa compreensão de uma situação qualquer não é um ato de subjetividade, mas decorre diretamente da aceitação acrítica daqueles elementos comuns que nos unem ao costume e à familiaridade.²⁰ O verdadeiro ato subjetivo, o conhecimento autêntico (a um só tempo factual e valorativo) só pode surgir através da explicitação da polaridade familiaridade-estranheza.

Em outras palavras, o entendimento, que surge a princípio como um gesto de empatia e simpatia (porque nos colocamos no lugar do outro e aceitamos sem rancor suas ambigüidades), sempre envolve, à medida que elucidamos a nossa própria experiência, a busca de uma totalidade de significados dotada de caráter mais universal e que permitiria superar os horizontes particulares dos interlocutores. O conhecimento, desta maneira, seria, segundo Gadamer, dialético em sua própria essência.²¹

Em nosso caso, esta superação dos horizontes particulares tem importância não só epistemológica como também ética. E é justamente este atributo que impede que a investigação emancipadora seja utilizada para fins de controle social, como é o caso dos métodos mais comuns de pesquisa. Isto porque, quando deciframos, através do entendimento, o horizonte particular de um interlocutor, ou melhor, quando somos capazes de apreender a sua visão de mundo particular, isto se realiza sempre através do diálogo — mediado por situações existencialmente desafiantes, que permitam o intercâmbio de conteúdos humano-universais, verdadeiros, válidos e inteligíveis para ambas as partes.²²

Assim, a relação inteligível não se rompe entre dois pólos irreconciliáveis: o sujeito e o objeto de conhecimento. As pessoas em um diálogo constroem uma totalidade significativa para ambas as partes, através de um processo cognitivo comum, onde as interpretações da realidade são mutuamente compartilhadas.

Em termos práticos, isto significa que temos um horizonte teórico particular que exprime nossa compreensão acerca das possibilidades de comercialização ao alcance dos pequenos agricultores. Conhecemos, também, os cuidados que devem ser tomados para tornar efetiva a existência de uma instituição qualquer. Todavia, o mais importante disto tudo é que, sem que tenhamos que abrir mão de nossos respectivos horizontes particulares, possamos investigar, conjuntamente, alternativas de solução que sejam viáveis e válidas para ambas as partes. Assim, a comunicação autêntica torna-se possível porque o diálogo é mediado por temas que são capazes de gerar uma nova significação para as pessoas envolvidas. O entendimento se torna possível não porque, eventualmente, possamos manifestar diferentes perspectivas, mas ele se dá, justamente, por causa mesmo dessas diferenças. Isto significa que não iremos adotar uma

¹⁹ Id. *ibid.* p. 262-3.

²⁰ Id. *ibid.* p. 261. Bem sabemos que existem diferenças de significado entre a noção de preconceito, numa hermenêutica das tradições em Gadamer, e a idéia de interesse cognitivo, numa crítica das ideologias em Habermas. Entretanto, estes dois conceitos tornam-se semelhantes naquilo que, neste ponto, queremos assinalar, ou seja, seu caráter de *doxa* ou de assimilação acrítica das coisas.

²¹ Id. *ibid.* p. 272-328.

²² Id. *ibid.* p. 270.

atitude de imposição, persuadindo os agricultores a aceitar nossos pontos de vista e, muito menos ainda, teremos uma atitude oportunística, organizando e sistematizando as próprias interpretações dos agricultores.

Iremos propor, isto sim, um conjunto de temas que, estruturados, expressem uma dada situação estratégica. Esta constitui o núcleo gerador de um novo conhecimento, verdadeiro e autêntico, cuja autoria não se deve apenas aos pesquisadores, nem exclusivamente aos agricultores, mas que tem a sua origem no entendimento mútuo.

Gunnar Myrdal, aparentemente distante das preocupações hermenêuticas ou emancipadoras, resume, brilhantemente, a discussão que estamos empreendendo, da seguinte maneira:

“Como cientistas sociais estamos enganando, se ingenuamente acreditamos que não somos tão humanos quanto as demais pessoas ao nosso redor, e que não tendemos oportunisticamente para as conclusões que se ajustem aos preconceitos marcadamente similares aos das demais pessoas em nossa sociedade.”²³

E, em outra passagem, conclui:

· “A única maneira de podermos nos esforçar por uma maior ‘objetividade’ na análise teórica é expor nossos valores a plena luz, fazê-los conscientes, específicos e explícitos, e permitir-lhes influir na pesquisa teórica.”²⁴

“Uma ciência social ‘desinteressada’ jamais existiu e, por razões lógicas, não pode nunca existir.”²⁵

6. *Estratégia de ação*

O quadro 2 sintetiza bem a estratégia de pesquisa a ser utilizada, pois relaciona as fases e etapas da investigação emancipadora com os agentes envolvidos no processo.

A partir de uma investigação preliminar do problema (que implica um reconhecimento inicial do terreno, num pequeno levantamento de informações documentais e contatos diretos com testemunhas ideais e situações escolhidas) chega-se a uma caracterização preliminar do problema.

Neste ponto, caberia proceder a uma descrição sistemática, ainda que resumida, das principais fases e etapas que compõem a investigação emancipadora. Maiores detalhes sobre o presente processo de pesquisa serão objeto de publicações futuras.

• *Primeira fase: preparação da investigação*²⁶

— Primeira etapa: investigação preliminar do problema

a) reconhecimento inicial do problema;

²³ Myrdal, Gunnar. *Objectivity in social research*. New York, Pantheon Books, 1969. p. 43.

²⁴ Id. *ibid.* p. 55-6.

²⁵ Id. *ibid.* p. 55.

²⁶ A fase de preparação da investigação baseou-se na obra de Humbert, Colette & Merlo, Jean. *L'enquête conscientisante*. Paris, Inodep/5, Idoc, France L'Harmattan, 1978.

b) coleta de informações documentais: história, infra-estrutura econômica e política, cultura específica;

c) contato direto com situações selecionadas: paisagens, hábitos de moradias, usos e costumes, traços culturais específicos;

d) contato direto com testemunhas ideais: prefeito, líderes locais, pessoas notáveis, líderes de opinião, donos de vendas, choferes de táxi etc.

— Segunda etapa: caracterização preliminar do problema

a) caracterização de algumas estruturas globais: procura-se situar e articular o tema de pesquisa em relação a outros temas de interesse da comunidade e esclarecer as relações principais da comunidade-sujeito com outras comunidades da região de Campinas;

b) caracterização do meio de inserção: procura-se identificar as diferenciações horizontais e verticais da comunidade-sujeito e que expressam certas estruturas sociais e funcionais;

c) caracterização das formas locais de diferenciação: procura-se explicitar como as diferenciações sociais e funcionais estabelecidas manifestam-se localmente;

d) caracterização dos pólos de tensão: procura-se fazer um levantamento preliminar dos principais apoios e oposições em relação ao desenvolvimento do tema.

— Terceira etapa: caracterização preliminar dos atores

a) análise da situação do grupo de investigação: procura-se elucidar as possibilidades objetivas ao alcance do grupo; seu grau de consciência possível e sua abertura para possibilidades emergentes;

b) explicitação da identidade do grupo e de sua possível linha de ação;

c) avaliação do impacto real do grupo sobre sua comunidade.

— Quarta etapa: escolha dos atores da investigação

a) procura-se avaliar a reputação e imagem dos membros participantes e seu grau de diversificação e representatividade.

— Quinta etapa: explicitação da relação pesquisadores-grupo de investigação

a) elucidação da linguagem e códigos de referência;

b) elucidação do papel a ser desempenhado pelos pesquisadores: nem exterior ao grupo, nem interior ao grupo;

c) estabelecimento do acordo ético entre as partes: clarificação dos valores e dos objetivos envolvidos e o que se espera de cada membro participante.

— Sexta etapa: seleção e estruturação dos temas geradores

a) análise da articulação entre os principais temas geradores;

b) formulação de hipóteses temporárias.

- *Segunda fase: investigação propriamente dita*

- Primeira etapa: preparação das simbolizações existenciais básicas

Consiste na simbolização das “situações estratégicas” que contêm os temas geradores selecionados. A simbolização é a representação material (sob qualquer forma: *slides*, cartazes, dramatizações) de cada uma dessas situações existenciais.

- Segunda etapa: prática da dessimbolização existencial

As “simbolizações existenciais básicas” que representam as “situações estratégicas” são apresentadas aos grupos de investigação.

- Terceira etapa: avaliação do material obtido

Realiza-se com o grupo de investigação uma discussão preliminar acerca do material obtido. Busca-se, nesse momento, retificar qualquer interpretação errônea. Nessa etapa, volta-se a discutir os problemas éticos relativos ao uso da informação obtida. Distingue-se o que é de domínio público daquilo que pertence existencialmente ao grupo.

- *Terceira fase: preparação da intervenção pedagógica*

- Primeira etapa: particularização temática — decompondo o projeto

O material das etapas anteriores contém uma temática sintético-projetiva, que deverá ser decomposta em “núcleos particulares”, segundo a perspectiva de certos conhecimentos especializados.

- Segunda etapa: objetivação temática — viabilizando o projeto

Os “núcleos particulares” escolhidos na etapa anterior são objetivados em unidades de aprendizagem que expressam, em seu conjunto, o projeto institucional a ser empreendido.

- Terceira etapa: novas simbolizações temáticas — adequando o projeto

Trata-se de escolher o melhor veículo de comunicação para os temas particulares.

- Quarta etapa: confecção e organização dos recursos didáticos — comunicando o projeto

Confecciona-se e organiza-se recursos didáticos como: fotografias, *slides*, cartazes, pequenos textos de leitura, filmes, *strip films*, dramatizações e outros.

- *Quarta fase: intervenção pedagógica*

- Primeira etapa: apresentação do programa geral de trabalho aos co-participantes do empreendimento comum.

— Segunda etapa: dessimbolização de novos temas particulares: avaliação crítica do projeto proposto

Este é o ponto de apoio da intervenção pedagógica que, através do diálogo — mediado pelas situações existenciais — se renovará constantemente, até que se obtenha uma compreensão razoável dos problemas envolvidos.

Creio que deixamos claro que há diferenças entre a investigação emancipadora que procura viabilizar a criação de um projeto coletivo, de franca aceitação, e um método convencional, que acaba resultando na confecção de vistosos relatórios de pesquisa.

Deve-se ressaltar, portanto, que o produto final de uma investigação emancipadora não é prioritariamente a geração de um relatório (muito embora, dependendo das circunstâncias, quando algum material escrito for necessário, este seja entregue ao grupo de investigação). Os resultados almejados manifestam-se nos processos responsáveis por um dado nível de consciência e nas formas de vida humana associada. Por conseguinte, os alvos centrais de uma investigação emancipadora são má consciência e modos alienados de existência. Obteremos sucesso se os resultados alcançados expressarem-se como vividas e visíveis transformações na maneira como um grupo de investigação decifra sua própria realidade, percebe possibilidades objetivas emergentes, encontra soluções criadoras ou, em suma, mobiliza seus recursos estratégicos.

Finalmente, gostaríamos de manifestar nossa profunda gratidão intelectual às obras que serviram de base ao desenvolvimento do presente método. Nunca é demais lembrar que, na elaboração de um trabalho científico, alguns autores acabam exercendo uma influência tão profunda, que o reconhecimento devido, para ser fidedigno, exigiria a citação de suas obras completas. Tal procedimento, bem se vê, seria, desde logo, enfadonho para o leitor.²⁷

Outros autores deram uma contribuição que, a despeito de sua importância, acabou tornando-se anônima, pois os registros de sua influência foram desgastados, na memória, pelo tempo, ou foram alterados nos labirintos desconhecidos dos processos inconscientes. A todos deixo consignados os meus melhores agradecimentos.

²⁷ A presente proposta, além de inspirar-se nas obras de Guerreiro Ramos e Paulo Freire, baseou-se especificamente nos seguintes trabalhos: Garcia, R. M. A visão estratégica dos dirigentes de cooperativas: uma explicitação dialógica. Tese de doutoramento em administração pública, em preparação; ——. A base de uma administração autodeterminada: o diagnóstico emancipador. *Revista de Administração de Empresas*, 20(2), abr./jun. 1980; Humberto, Colette & Merlo, Jean. *L'enquête conscientisante*. Document de travail. Paris, Inodep/5, Idoc, France L'Harmattan, 1978; Fiori, José Luiz. Dialética e liberdade: duas dimensões da investigação temática; Torres, Carlos A. Indicações metodológicas para a alfabetização de adultos, segundo o método psicossocial de Paulo Freire; Rodriguez, Jorge Gabriel. Notas para a aplicação do método psicossocial de educação de adultos de Paulo Freire. Estes últimos artigos publicados em Torres, Carlos Alberto. *Leitura crítica de Paulo Freire*. São Paulo, Loyola, 1981.

Quadro 1
A investigação emancipadora: um confronto

Tipos de investigação	Sujeito da ação	Interesse cognitivo	Objetos	Modo de trabalho	Objetivos	Consequências negativas possíveis
Empírico-analítica	Pesquisadores	Controle operacional ou instrumental	População	Os pesquisadores elaboram todos os procedimentos metodológicos	Coleta de informações	Manutenção da população em um estado de passividade e de alienação Acentuação do poder dos especialistas e de suas respectivas instituições financiadoras
Pseudoparticipativa	Pesquisadores e pessoas escolhidas	Controle persuasivo	Grupos e instâncias de participação	Os pesquisadores elaboram os procedimentos e prestam contas a pessoas-chave dentro da comunidade	Obtenção de colaboração para a realização e um projeto estranho aos interesses da comunidade	Defesa dos interesses dos centros de poder e reforço da credibilidade de líderes e pessoas notáveis em uma comunidade
Emancipadora	Pesquisadores; Testemunhas ideais; Grupos locais; Grupos representativos; Coletividade	Transformação da realidade	Problemas, dilemas, situações desafiantes	Os sujeitos interferem em todos os procedimentos metodológicos	Análise crítica, processos de conscientização, ação coletiva	Má escolha de grupos locais Distanciamento entre pesquisadores e grupos locais e destes com os grupos representativos da população

Fonte: adaptado de Humbert, Colette & Merlo, Jean. *L'enquête conscientisante*. Document de travail. Paris, Inodep/5, Idoc, France L'Harmattan, 1978. p. 11.

Quadro 2

Fases, etapas e atores da investigação emancipadora

Fases e etapas	Atores	Comunidade local				Pesquisadores
		População de base	Grupos representativos (amostras)	Grupo de investigação	Testemunhas ideais ou líderes institucionais	
Preparação da investigação	Investigação preliminar				x	x
	Caracterização preliminar				x	x
	Caracterização dos atores			x	x	x
	Escolha dos atores			x	x	x
	Relação pesquisadores/grupo investigação			x		x
	Estruturação			x		x
	temas geradores		x	x		x
Investigação propriamente dita	Simbolização existencial		x	x		x
	Dessimbolização		x	x		x
	Avaliação do material		x	x		x
Preparação da intervenção pedagógica	Particularização temática		x	x		x
	Objetivação temática		x	x		x
	Novas simbolizações		x	x		x
	Recursos didáticos		x	x		x
Intervenção pedagógica	Programa de ação	x	x	x		
	Análise crítica	x	x	x		

Fonte: inspirado em Humbert, Colette & Merlo, Jean. op. cit. p. 13.